



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# CALHA NORTE

## A FRONTEIRA DO FUTURO

1986 - 1991

SECRETARIA-GERAL DO CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# CALHA NORTE

## A FRONTEIRA DO FUTURO

1986 - 1991

## A FRONTEIRA DO FUTURO

O Brasil, um continente, ocupa seus espaços e integra sua gente. Abre suas fronteiras para o futuro.

Ao norte, as fronteiras unem o que o coração não separa. Nações inteiras de brasileiros — os indígenas, os mais antigos frutos desta terra — se integram à Grande Nação.

À região ao norte das calhas dos rios Amazonas e Solimões, com mais de um milhão de quilômetros quadrados, finalmente chegam os benefícios da civilização, numa operação pacífica. O homem vem para proteger e aprender segredos milenarmente guardados pela Natureza.

A aventura do extrativismo predatório enfim vai acabar. Virão agora ações coordenadas de todos os instrumentos das diversas esferas do Governo. O desenvolvimento preservando a natureza.

A integração da Amazônia aos melhores padrões do país é tarefa que exige decisão, ímpeto, perseverança e patriotismo. É uma ação dos nossos dias, que sustenta o legado daqueles que, com tenacidade e sacrifício, nos deixaram tão dilatado território.

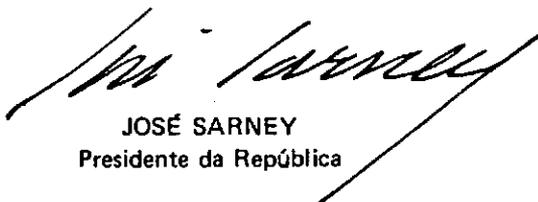
Somos nós, hoje, os responsáveis pela valorização, proteção de tão extensa área e pelo apoio às comunidades indígenas, através de mecanismos eficazes de preservação cultural e de delimitação e demarcação de suas terras, reservas e fronteiras.

No outro extremo desse compromisso de nossos dias está o dever para com as gerações futuras: entregar-lhes, protegida e integrada ao território nacional, tão considerável parcela do Norte do país.

A ação política externa de integração da América Latina, desenvolvida de maneira aberta, profunda, e estimulada sem reservas pelo meu Governo, dá o fundamento da estreita cooperação e amizade de irmãos com os países vizinhos.

Este documento leva a todos um esclarecimento sobre o que se chama Projeto Calha Norte, cujo êxito se justifica e se alcança através da ação do Governo e da Comunidade em projetos de elevado interesse nacional.

Brasília, 4 de setembro de 1988



JOSE SARNEY  
Presidente da República

## 1. INTRODUÇÃO

**As Razões** — Uma das principais vertentes da política de desenvolvimento do Governo do Presidente SARNEY tem sido integrar, efetivamente, a região amazônica ao resto do país, em particular a grande área situada ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas.

Pode-se dizer que esse esforço teve seu início no primeiro semestre de 1985 quando, a partir de uma avaliação político-estratégica da região, foi determinada a realização de estudos aprofundados que permitissem estabelecer medidas destinadas a, por um lado, enfrentar as carências mais sérias da área, em particular as de caráter sócio-econômicas que afligem às suas populações e, por outro, a assegurar a garantia da soberania e da integridade territorial, naquela região.

**A Região** — localizada ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas, correspondendo a 14% do território nacional, praticamente inexplorada (abriga 1,2% da população nacional) e com extensa faixa de fronteira habitada, virtualmente, por indígenas, tem-se constituído, ao longo dos anos, num desafio e preocupações constantes quanto à sua efetiva integração ao contexto nacional, devido, máxime, às grandes dificuldades impostas pelo meio ambiente.

Distante dos centros de poder e desenvolvimento do país, essa extensa área conta com apenas um grande pólo de desenvolvimento político-sócio-econômico, localizado em Manaus (AM), e outros dois menores em Macapá (AP) e Boa Vista (RR).

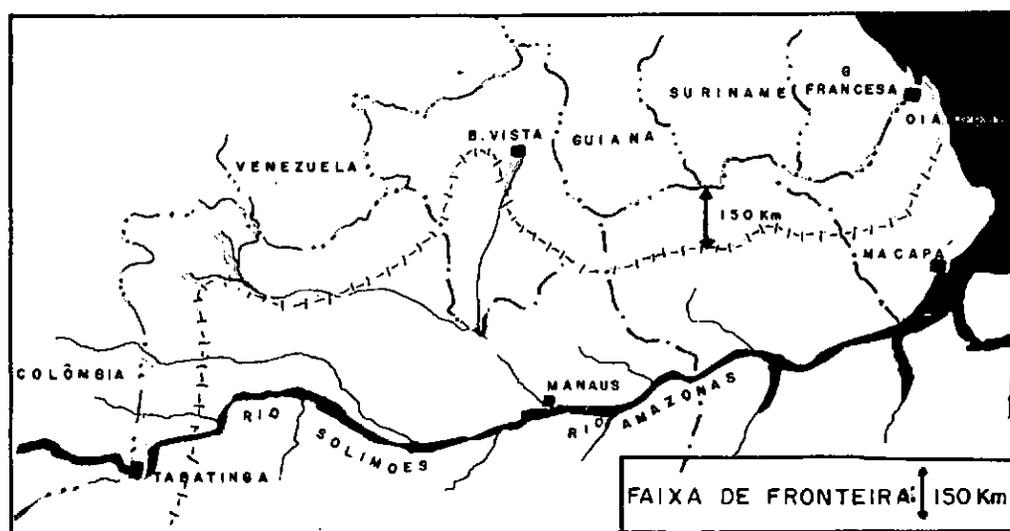
Esse afastamento é mais acentuado pelo obstáculo natural das calhas dos rios Solimões e Amazonas que tende a dissociá-la do restante do território brasileiro, pelas óbvias limitações ao acesso terrestre.

Em contrapartida, verifica-se ao norte dessa área uma continuidade terri-

torial que, se por um lado, induz a uma aproximação natural e desejável com os países ali situados, por outro, permite o fácil acesso aos agentes do comércio e de atividades ilegais.

**A Decisão** — O Presidente SARNEY considerou, nesse cenário, ter chegado o momento de encetar uma ação de governo para iniciar a efetiva incorporação da área ao processo de desenvolvimento nacional, estimulando a sua integração com as demais regiões e, de forma equilibrada, sua aproximação com os vizinhos do norte do continente.

O estudo da realidade regional já identificara, na área em causa, três *espaços* diferenciados: o primeiro, compreendendo uma *Faixa de Fronteira* com 150 Km de largura, entre Tabatinga (AM) e Oiapoque (AP); o segundo, definido pela *Orla Ribeirinha* dos rios Solimões e Amazonas e seus principais afluentes; e o terceiro, a *Hinterlândia*, constituído dos espaços interiores limitados pelos dois primeiros.



*Espaços da região ao norte dos rios Solimões e Amazonas*

A imensidão da área e a dimensão amazônica dos seus problemas demandaram o estabelecimento de prioridades despojadas de sonhos e compromissadas, tão

somente, com a capacidade de realização governamental.

Assim, elegeu-se a *Faixa de Fronteira* como área prioritária e preferencial para fins de planejamento e ação imediata do governo.

O grande mérito dessa iniciativa — razão maior de seu sucesso — foi o de trabalhar, sempre, com a ferramenta do possível e com a obstinação e dedicação de quem sabe que as grandes caminhadas são feitas, passo a passo. Dessa forma, como uma *fronteira do futuro*, nasceu o Projeto Calha Norte.

## 2. PROJETO CALHA NORTE

**Conceito** — O “Projeto Calha Norte” é um planejamento integrado de ação governamental para a região ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas. Tem em vista, em seu todo, o desenvolvimento sócio-econômico da área e a sua consequente integração ao restante do país.

O termo “projeto”, a rigor, é inadequado, uma vez que o planejamento envolve um conjunto de projetos especiais. Por uso ficou, porém, a denominação inicial, quando não se conhecia, ainda, a amplitude das ações necessárias e dos recursos financeiros exigíveis.

**Do Estudo** — Fruto da orientação presidencial, a Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional deu início, em maio de 1985, aos estudos da área em pauta.

Foram, então, detalhadamente analisadas as características geográficas, os aspectos demográficos, ecológicos, econômicos, psicossociais e militares. Concluído o trabalho, demonstrados ficaram, dentre outros, os seguintes aspectos de destaque:

- área praticamente não integrada ao Território Nacional, com reduzida presença brasileira, ausência essa ainda mais crítica ao longo das áreas limítrofes, nos 6.771 Km de extensão da linha de fronteira;

- imensa área de 1.221.000 Km<sup>2</sup>, com apenas 1.620.000 habitantes, concentrados, em sua maioria, nas cidades de Manaus, Boa Vista e Macapá, correspondente a apenas 1,2% da população brasileira. Os índios lá existentes, em diversos graus de aculturação, representam 0,04% da população nacional e 22,7% de toda a população indígena do país;

- à exceção dos grandes centros de Manaus (AM), Boa Vista (RR) e Macapá (AP), extrema carência de recursos sociais básicos, especialmente quanto ao

atendimento de saúde da população, principalmente a indígena;

- solos, em termos amplos, acentuadamente dependentes da cobertura vegetal e sujeitos à erosão e à rápida perda de nutrientes. Foram identificados, pelo Projeto RADAM, milhões de hectares de solos férteis, em geral restritos às orlas ribeirinhas;

- subsolos extremamente ricos em recursos minerais, a maioria devidamente identificados pelo Projeto RADAM;

- extrema incipiência de vias de comunicações terrestre. As poucas existentes são totalmente dependentes das condições climáticas;

- utilização predatória de recursos naturais, com degradação do solo, flora e fauna em alguns pontos da região;

- existência de narcotráfico. A plantação, colheita, refino e comercialização do epadu (coca) movimenta recursos financeiros que, muitas vezes, neutralizam a incipiente presença do poder público da região;

- contrabando e descaminho de minerais, pedras preciosas e outros produtos;

- desordenada atividade de garimpagem, com graves deficiências sociais e trabalhistas;

- problemas decorrentes de conflitos, envolvendo, especialmente, índios, posseiros, garimpeiros e empresas de mineração;

- intenso interesse internacional em assuntos da Amazônia brasileira.

Após a análise dos diversos aspectos da região e de que resultaram as conclusões acima, o estudo considerou, ainda:

- que um planejamento abrangente de médio e longo prazos poderá diferentemente de esforços isolados, direcionar a atuação governamental, juntamente com a iniciativa privada, no sentido de promover o desenvolvimento da área de modo harmônico e adequado aos interesses nacionais;

- que a integração dessa região geo-econômica, ao resto do país, apresentará a oportunidade de assegurar um nível adequado de relacionamento com os vizinhos, por meio dos canais de cooperação técnica, econômica, comercial e cultural, podendo esperar-se, como decorrência desse incremento nas relações, surgir o Brasil

como opção confiável e fraterna para o desenvolvimento recíproco.

Em face do estudo, pôde listar-se, entre outras, as seguintes *necessidades fundamentais e imediatas*:

- intensificação das relações bilaterais com países vizinhos, com destaque para as trocas comerciais;
- aumento da presença brasileira na área, com base na ação pioneira das Forças Armadas;
- proteção e assistência às populações indígenas da região;
- intensificação das campanhas demarcatórias de fronteira;
- ampliação da infra-estrutura viária;
- aceleração da produção de energia local;
- estímulo à interiorização de pólos de desenvolvimento econômico, com base na vocação sócio-econômica da região;
- ampliação da oferta de recursos sociais básicos;
- o incremento da colonização, com base nas populações da área e assistência do Ministério da Agricultura e das Secretarias de Agricultura.

Em todas as fases do estudo, houve uma permanente preocupação no sentido de que o processo de desenvolvimento, na Amazônia, fosse feito sem a ruptura de suas características básicas, onde desponta o aspecto ecológico.

#### **Proposta:**

Diante da importância e da complexidade da tarefa antevista, o Estudo realizado sugere a criação de um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para elaboração de um plano para desenvolvimento da região, integrando as programações específicas que seriam solicitadas dos demais Ministérios envolvidos.

Este GTI seria composto, para um rendimento mais efetivo, apenas de representantes da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN), do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e do Ministério do Interior (MINTER), com ampla liberdade de contato com elementos de ligação nos outros Ministérios.

Por fim, seria recomendável que o GTI pudesse contar, também, como os

importantes subsídios que certamente poderiam ser colhidos de co-participantes das Unidades Federativas abrangidas.

**Do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI)** — Acolhendo proposta substanciada na Exposição de Motivos n.º 18, de 19 de junho de 1985, da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, o Presidente SARNEY determinou a criação de um Grupo de Trabalho Interministerial com a incumbência de apresentar medidas que buscassem atender as carências mais sérias da área, particularmente as de natureza sócio-econômicas, e a assegurar a garantia da soberania e da integridade territorial naquela região.

Este GTI desenvolveu suas reuniões sob a coordenação da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República (SEPLAN) e com a participação do Ministério das Relações Exteriores (MRE), do Ministério do Interior (MINTER) e da SG/CSN, além de diversos órgãos governamentais, como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), os Ministérios Militares e o Ministério da Fazenda.

Considerando a amplitude das ações necessárias ao atendimento das referidas carências da região, bem como a evidente impossibilidade de obtenção, a curto e médio prazos, de recursos financeiros que permitissem concretizar aquelas ações, o GTI orientou-se para a proposições de *projetos específicos*, denominados em seu conjunto de *Projeto Calha Norte*, objetivando contribuir para a solução das quatro primeiras *necessidades fundamentais e imediatas* da região, já apresentadas. Um parêntese: nos anos de 1987/1988, as quinta e oitava *necessidades fundamentais e imediatas*, também já especificadas, foram, respectivamente, acrescentadas ao Projeto.

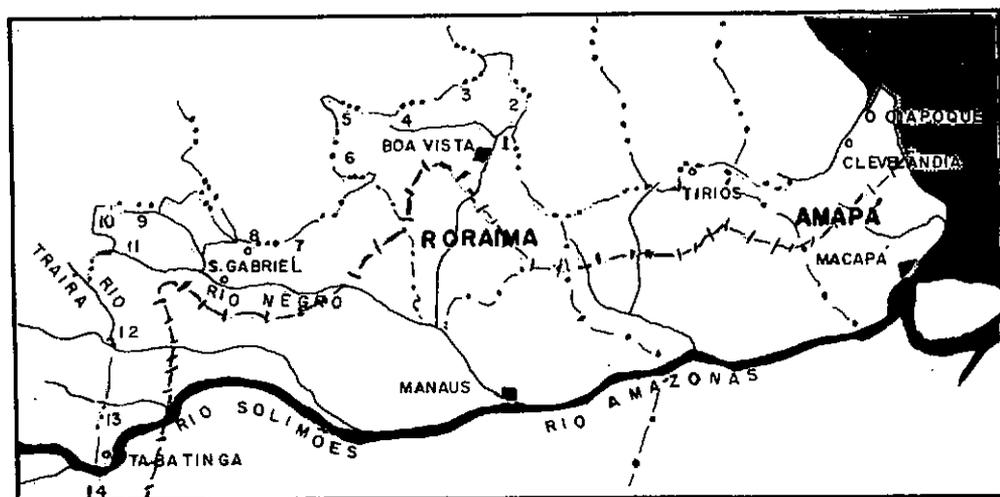
Na implementação das medidas que satisfazem às necessidades priorizadas, foram estabelecidas as seguintes urgências para atendimento na *Faixa de Fronteira*:

— Território Federal de Roraima, com pólo em Boa Vista e ações desenvolvidas, particularmente, em Bonfim, Normandia, Paracaima (BV8), Ericó, Auarís e Surucucu;

— Região do Alto Rio Negro, com pólo em São Gabriel da Cachoeira e ações desenvolvidas, particularmente, em Maturacá, Cucuí, São Joaquim, Querari e Iauaretê;

— Região do Alto Solimões, com pólo em Tabatinga e ações desenvolvidas, particularmente, em Benjamin Constant e Ipiranga;

- Região do Alto Traíra, tendo como pólo Vila Bittencourt; e
- Região norte do Estado do Pará e do Território Federal do Amapá, com ações desenvolvidas, particularmente, em Tiriós, Clevelândia e Oiapoque.



- |                      |                     |
|----------------------|---------------------|
| 1 - BONFIM           | 8 - CUCUI           |
| 2 - NORMANDIA        | 9 - SÃO JOAQUIM     |
| 3 - PARACAIMA (BV-8) | 10 - QUERARI        |
| 4 - ERICÓ            | 11 - IAUARETÉ       |
| 5 - AUARIS           | 12 - V. BITTENCOURT |
| 6 - SURUCUCU         | 13 - IPIRANGA       |
| 7 - MATURACÁ         | 14 - B. CONSTANT    |

#### Áreas priorizadas na Faixa de Fronteira

O Presidente da República reconheceu os limites da missão do GTI e aprovou, em 1º de dezembro de 1985, a Exposição de Motivos da SEPLAN, que propôs os projetos especiais que compõem o "Projeto Calha Norte", contendo a consolidação das ações propostas pelos diversos órgãos governamentais que participaram de sua elaboração. Assinaram a referida Exposição de Motivos os Ministros da SEPLAN, MRE, MINTER e SG/CSN.

#### Concepção da Ação Governamental

Fruto dos trabalhos até aqui sumariados, definiu o governo a sua estratégia de consecução:

I. *Ações imediatas* na faixa de fronteira, pela implementação de “projetos especiais” com participação coordenada de órgãos federais e estaduais, no atendimento das “necessidades fundamentais e imediatas” listadas no estudo aprofundado da área.

II. *Ações subseqüentes* envolvendo a área como um todo, definidas em programas e projetos, compatíveis com as diretrizes gerais do “Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PAD)” e com as recomendações contidas no capítulo “Desenvolvimento Regional” do “I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República – 1986/89”.

### 3. OS PROJETOS ESPECIAIS

A entrada dos diversos órgãos federais e estaduais nas cinco áreas selecionadas da *Faixa de Fronteira* exige, obviamente, uma atenta coordenação, particularmente no tocante à localização inicial dos seus órgãos e respectivas aptidões. Assim, na região habitada pelos índios Yanomami, cabe à FUNAI redobrar seus esforços; ao norte e leste de Roraima, assim como em Tabatinga (AM), avultam como prioritárias as medidas de revisão dos esquemas do comércio fronteiriço; e em todos os 6.771 Km, da linha de fronteira, subsistem problemas indígenas, de carência de marcos limítrofes, de narcotráficos, de contrabando e descaminho, além dos oriundos de situações externas, tudo enfatizando uma maior presença governamental, inclusive militar. Esta, porém, destinada, complementarmente, a servir de base logística para apoio aos demais órgãos federais e estaduais em ação nas áreas e às próprias populações circunvizinhas.

Dentro da ordem de idéia do já exposto, os *Projetos Especiais*, que caracterizam as *ações imediatas* do Governo — com a ferramenta do possível — no atendimento às necessidades básicas da área, tiveram suas implementações iniciadas em 1986, com previsão de conclusão para o ano de 1991.

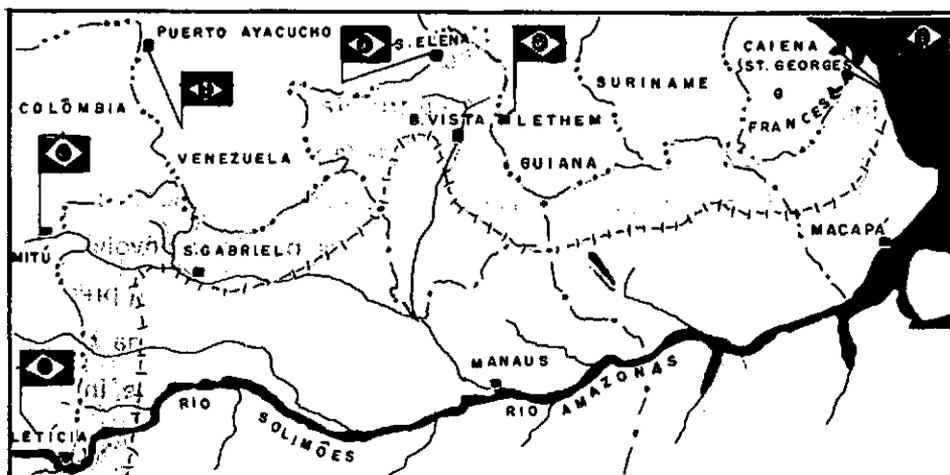
Ei-los:

#### **Projetos Especiais para Incremento das Relações Bilaterais**

No sentido mais amplo, o incremento das relações bilaterais constitui objetivo e tarefa permanente do Itamaraty. No contexto do Projeto Calha Norte, essa expressão deve ser entendida como as ações na área externa que possam redundar em benefício específico para o desenvolvimento e colonização da região em causa.

Como ponto de partida, o maior benefício que a política externa poderá alcançar é a manutenção da paz e o incremento da compreensão mútua entre o Brasil e seus vizinhos, ou seja, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e o Departamento Ultramarinho da Guiana Francesa. Nessa faixa de fronteira, a atividade de maior relevo diz respeito à delimitação da fronteira. No entanto, o Ministério das Relações Exteriores poderá contribuir com amplo leque de atividades para que o “Projeto Calha Norte” venha a ter o seu desenvolvimento favorecido.

De início, cabe lembrar que o aumento da presença brasileira na região é perfeitamente compatível com a coordenação de esforços com os países vizinhos. Entre outras, seriam as seguintes as principais medidas visando ao incremento das relações bilaterais: revisar a atual legislação de comércio fronteiriço; incrementar as atividades de cooperação técnica; revitalizar os mecanismos do Tratado de Cooperação Amazônica – TCA; reforçar a cooperação internacional no combate ao narcotráfico; retomar estudos para novas ligações rodoviárias; e reforçar a rede consular de fronteira. Com relação a esta última, a experiência histórica com a região sul demonstra que consulados de fronteira bem instalados e lotados podem constituir instrumentos valiosos para o desenvolvimento e para que sejam evitados, no nascedouro, problemas políticos decorrentes de fronteiras que se vivificam.



Rede consular na região. Já implementados:  
consulado em Caiena e vice-consulados em Letícia e S. Elena.

## Projetos Especiais para Aumento da Presença Militar na Área

Têm como objetivo fortalecer a Expressão Militar do Poder Nacional na Faixa de Fronteira e em suas vias de acesso, cabendo: à *Marinha do Brasil*, intensificar atividades relativas à segurança da navegação, controle de embarcações e seu policiamento, bem como os serviços de patrulha fluvial; ao *Exército Brasileiro*, a ocupação física dos pontos sensíveis na Faixa de Fronteira, vigiando e guardando as vias naturais de acesso ao território nacional; à *Força Aérea Brasileira*, a manutenção de uma infra-estrutura aeronáutica que lhe possibilite o adequado apoio e a preservação da soberania do espaço aéreo, nos pontos sensíveis de interesse na Faixa de Fronteira. Complementarmente, as *Forças Armadas*, pela peculiaridade capilar ensejada por sua organização e articulação, deverão contribuir para a vivificação da Faixa de Fronteira e para o desenvolvimento da área, apoiando, logisticamente, os órgãos federais e estaduais na execução das ações de governo, particularmente nos setores da educação, saúde, transporte e telecomunicações.

A presença militar, ajustada à estatura nacional e fiel à sua vocação de solidariedade, manifestada sobretudo na assistência às populações mais desfavorecidas pela sorte e mais carentes, em especial àquelas situadas nas regiões mais longínquas da *Faixa de Fronteira*, tem tradicionalmente: estimulado atividades educacionais e econômicas; prestado assistência de saúde à população local; integrado os silvícolas à comunidade nacional; inibido o trânsito ilegal de estrangeiros, o narcotráfico e a evasão de riquezas; e implementado uma infra-estrutura viária. Tudo isso, respaldando atividades de colonização, tão necessárias às áreas da faixa fronteira.

Já se pode prever que à implantação de novos pólos de desenvolvimento corresponderá um aumento progressivo de atividades nas áreas envolvidas. Conseqüentemente, cabe à *Marinha* intensificar, proporcionalmente, a sua presença, para isso corrigindo as deficiências existentes em seus pontos de apoio na região norte, bem como iniciando a construção de um Navio-Patrulha fluvial e incorporando lanchas patrulhas e agências flutuantes para atenderem ao incremento nas atividades relativas à segurança da navegação, controle das embarcações e seu policiamento.

Para que o *Exército* se faça presente na Faixa de Fronteira, atendendo eficientemente os objetivos propostos para o Projeto Calha Norte, foi necessária uma

reestruturação da força terrestre na área, exigindo as seguintes medidas: organização do Comando de Fronteira do Rio Negro, com a criação do 5.º Batalhão Especial de Fronteira (São Gabriel da Cachoeira – AM); reorganização do Comando de Fronteira de Roraima; manutenção da organização e da articulação dos Comandos de Fronteira do Solimões e do Amapá, equipando-os adequadamente e proporcionando-lhes instalações mais funcionais; e criação de um Pelotão Especial de Fronteira em Tiriós (PA).

Finalmente, a *Aeronáutica*, através da implantação de pontos de irradiação de apoio aéreo, vem atendendo a todo o transporte de pessoal, material e equipamentos desta categoria de Projetos Especiais.

Executa, ainda, construção e melhoria de aeródromos do interesse do sistema de proteção ao vôo, na Amazônia, e para apoio às organizações militares da fronteira, além de construir, melhorar ou ampliar dez aeródromos para a FUNAI.

### **Projeto Especial para o Incremento das Ações da FUNAI na Faixa de Fronteira**

Este projeto especial tem por objetivo fortalecer a estrutura operacional da FUNAI e promover estudos e demarcações de áreas indígenas, a fim de viabilizar e efetivar suas ações junto às comunidades indígenas da faixa de fronteira.

A atuação da FUNAI, no desempenho de sua política indigenista, fundamenta-se numa experiência de campo, intensificada através da presença permanente na área, sobretudo nas comunidades que demandam tratamentos especiais, como a dos Yanomami. É importante notar que grande trecho da fronteira norte brasileira abriga inúmeros e dispersos grupos indígenas que, por essas características, tornam praticamente impossível qualquer atuação governamental na área, sem a participação efetiva da FUNAI.

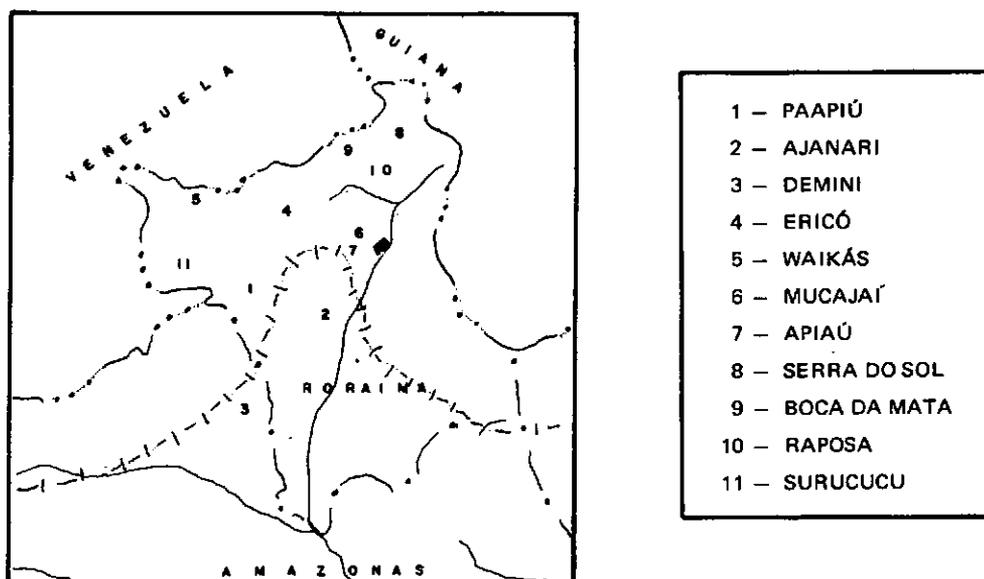
A duas áreas foram dadas, na faixa de fronteira, atenção especial, tendo em vista a problemática indígena nelas existentes:

- área Yanomami (AM e RR)
- área de Roraima (RR)

Há, nessas duas áreas, uma população aproximada de 24.910 índios, sendo 9.910 do grupo Yanomami, que habitam a região noroeste de Roraima e parte da

faixa norte do Estado do Amazonas, e 15.000 de diversos grupos indígenas que habitam a faixa noroeste de Roraima.

Nas áreas em causa, estão sendo efetivadas as seguintes ações: construção do posto indígena (PI) de Paapiú; reforma dos PI de Ajanari, Demini, Ericó, Waikás, Mucajaí, Apiaú, Serra do Sol, Boca da Mata e Raposa; manutenção da frente de atração Surucucu, que se destina a empreender os primeiros contatos com os indígenas; construção de campos de pouso, com 800m de pista, em Paapiú, Ericó, Waikás, Mucajaí e Apiaú, estudos e demarcação de terras indígenas; e projetos de desenvolvimento comunitário e incentivo ao artesanato.



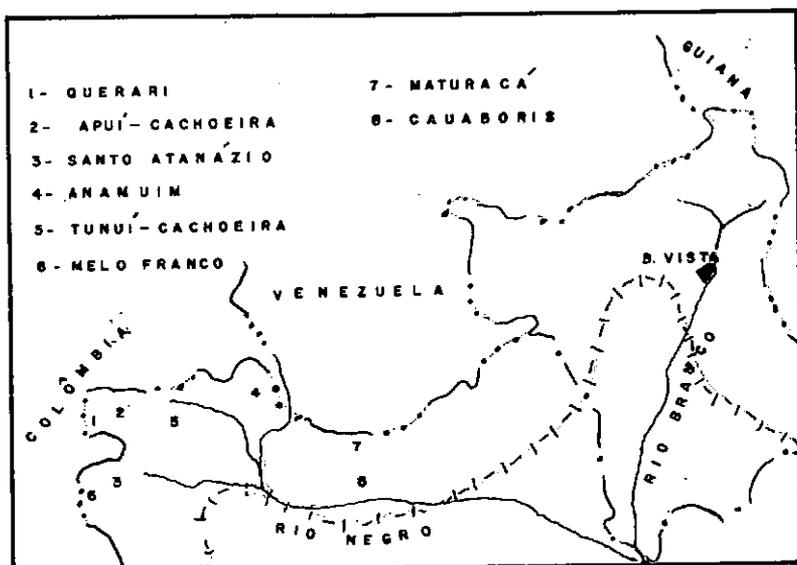
Áreas Yanomami e Roraima

— área do Alto Rio Negro, fronteira com a Colômbia e Venezuela.

Nesse espaço habita uma população de, aproximadamente, 15.000 índios de várias etnias, dispersos numa área que se inicia no Rio Japurá, proximidades da Vila Bittencourt, fronteira com a Colômbia, estendendo-se até o Rio Cauaboris, fronteira com a Venezuela.

Para a efetivação dos projetos, nas áreas do Alto Rio Negro, a FUNAI está desenvolvendo as seguintes ações: construção dos PI de Querari, Apuí-Cachoeira,

Santo Atanázio, Anamuim, Tunuí-Cachoeira, Melo Franco, Makú, Maturacá e Maiá; apoio ao Pelotão de Fronteira de Cucuí; reforma do PI de São Joaquim; reforma e manutenção da sede da unidade regional de São Gabriel da Cachoeira (AM), adequando-a à nova estrutura organizacional implantada; manutenção da Casa do Índio em São Gabriel da Cachoeira (AM); construção de campos de pouso, com 800m de pista, em Tunuí-Cachoeira e Melo Franco; estudos, delimitações e demarcações de terras indígenas e projetos de desenvolvimento comunitário e incremento ao artesanato.



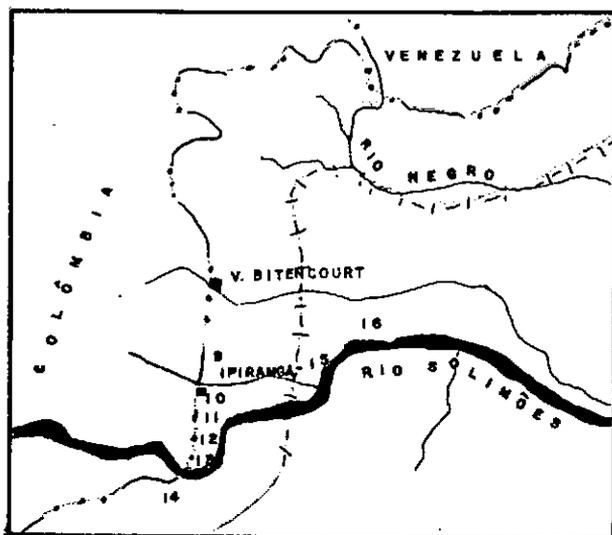
Área do Alto Rio Negro

— área do Alto Solimões, fronteira com a Colômbia.

Na área do Alto Solimões, situada no Estado do Amazonas, fronteira com a Colômbia, a FUNAI vem assistindo precariamente uma população estimada em 15.000 índios.

Para a implementação dos projetos na Área do Alto Solimões, a FUNAI vem desenvolvendo as seguintes ações: apoio ao Pelotão Especial de Fronteira de Ipiranga e Vila Bittencourt; reforma e manutenção dos PI de Umariacú, Belém de Solimões, Vendaval, Santo Antônio II, Campo Alegre, Betânia e Uati-Paraná; aqui-

sição de equipamentos e materiais permanentes para garantir o funcionamento dos PI; estudos, delimitação e demarcação de terras indígenas; e projetos de desenvolvimento comunitário e incentivo ao artesanato.



- |                        |
|------------------------|
| 9 – MAKU – APAPORIS    |
| 10 – CAMPO ALEGRE      |
| 11 – VENDAVAL          |
| 12 – BELÉM DO SOLIMÕES |
| 13 – UMARIAÇU          |
| 14 – SANTO ANTONIO     |
| 15 – BETÂNIA           |
| 16 – UATI – PARANÁ     |

Área do Alto Solimões

- área do Amapá (AP), fronteira com a Guiana Francesa.
- área do Tumucumaque (PA), fronteira com o Suriname.

As duas áreas abrigam uma população indígena de aproximadamente 3.500 índios, distribuídos em dezenas de postos indígenas espalhados no Estado do Pará e no Território do Amapá.

Para a efetivação dos projetos nas áreas do Amapá (AP) e Tumucumaque (PA), a FUNAI desenvolve as seguintes ações: construção e manutenção da sede da administração regional de Macapá (AP); apoio à Companhia Especial de Fronteira em Clevelândia do Norte; construção e manutenção da Casa do Índio, em Macapá (AP); reforma e ampliação dos PI de Uaçá, Palikur, Amapary e Tumucumaque; melhoria e ampliação dos campos de pouso de Cumarumã, Palikur e Amapary; manutenção dos PI de Uaçá, Galiby, Cumarumã, Palikur, Amapary, Tumucumaque e Waiapy; aquisição de equipamentos e materiais permanentes para todas as unidades administrativas

e executivas propostas; estudos, delimitação e demarcação de terras indígenas; e projetos de desenvolvimento comunitário e incentivo ao artesanato.



Áreas do Amapá e Tumucumaque

A sistemática de delimitação e demarcação de terras indígenas precisava estar inserida num contexto que buscasse o bem-estar das comunidades indígenas e não satisfizesse, apenas, aos falsos líderes e prepostos. Assim nasceram as colônias e áreas indígenas, que além de se preocuparem com a proteção oferecida pela demarcação, demonstra a solicitude do Governo Brasileiro para com os índios, particularmente no que se refere à saúde, à educação e ao abastecimento.

### **Projeto Especial para Intensificação das Campanhas de Recuperação dos Marcos Limítrofes**

Resultados de negociações diplomáticas, o território nacional apresenta contorno definido com todos os seus vizinhos, no norte e no sul. Demarcar as fron-

teiras, prolongamento do trabalho diplomático, representa atribuição da maior importância e visa proteger e resguardar a soberania e a segurança nacionais. A demarcação e a caracterização das fronteiras devem, porém, ser realizadas em bases bilaterais. Para isso, constituíram-se as Comissões Mistas, que atuam de forma continuada e permanente na inspeção, caracterização e reconstrução dos marcos fronteirços.

No caso do Brasil, especialmente no que diz respeito à fronteira setentrional, a importante atribuição de velar pelos limites definidos em atos internacionais, incumbe à Primeira Comissão Demarcadora de Limites, com sede em Belém. Essa unidade funcional, vinculada ao Itamaraty, é responsável pela inspeção unilateral das fronteiras, bem como, integrando as Comissões Mistas, pelas campanhas bilaterais de inspeção, caracterização e reconstrução de marcos fronteirços.

O Projeto Calha Norte contribui, significativamente, para dotar as equipes brasileiras, de demarcação de limites, com os equipamentos e recursos que permitam acompanhar o ritmo de trabalho acordado com as nações vizinhas, bem como para possibilitar a adequada manutenção das sedes e subsedes das Comissões Demarcadoras.

Após o primeiro ano de execução, o Projeto Calha Norte pôde incorporar mais duas categorias de Projetos Especiais, ampliando o atendimento das necessidades julgadas básicas. Assim:

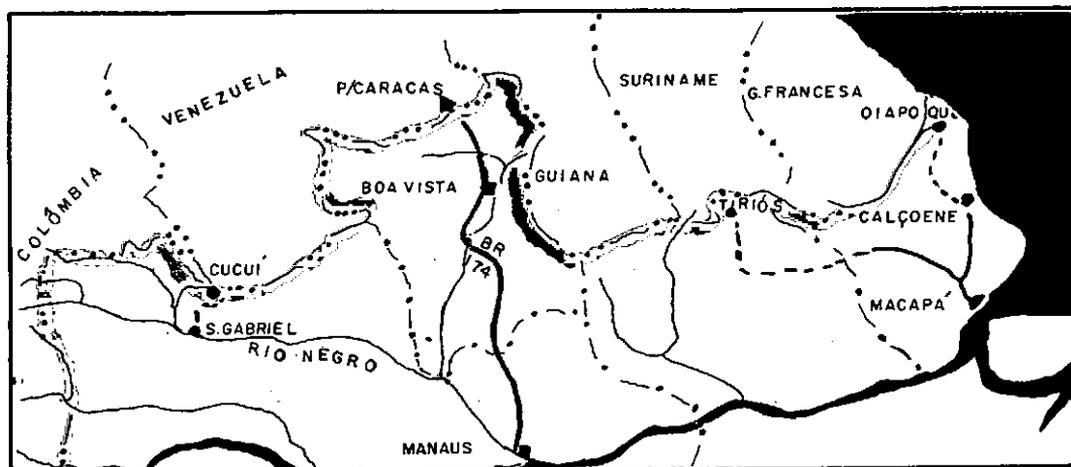
### **Projeto Especial para Ampliação da Infra-estrutura Viária**

Esta quinta categoria de Projeto Especial foi incorporada a partir de 1987.

A implantação da BR-307, trecho São Gabriel da Cachoeira-Cucuí, e da BR-156, trecho Calçoene-Oiapoque, são metas que se encontram em execução.

Em conversação com a Venezuela, ainda para 1988, encontra-se o ajuste para asfaltamento da BR-174, trecho Boa Vista-Paracaima (BV8).

Programado para 1989: acertaram-se os estudos e projetos da rodovia Macapá-Tiriós, inclusive os trabalhos de conservação dos trechos já existentes.



Trechos viários atendidos pelo Projeto

### **Projetos Especiais para Ampliação da Oferta de Recursos Sociais Básicos**

Esta mais recente categoria de Projetos Especiais resultou da participação de diferentes Órgãos Governamentais e decorreu da motivação criada pela regulamentação do inciso I, do Artigo n.º 17, do Estatuto do Índio, que implantou as Colônias e Áreas Indígenas.

No corrente ano, participam com recursos próprios os Ministérios da Agricultura, da Previdência e Assistência Social (através do INAMPS), da Saúde, da Educação, o Gabinete Civil da Presidência da República (através da Secretaria Especial de Assuntos Comunitários), o Estado-Maior da Forças Armadas e o Governo do Estado do Amazonas (através das Secretarias de Saúde e de Educação).

Esse esforço conjunto permitirá a implantação e a operacionalização: de uma Unidade de Distribuição da COBAL em São Gabriel da Cachoeira; de duas Unidades Mistas de Saúde em São Gabriel da Cachoeira e Iauaretê; de dois Centros de Saúde nas Colônias Indígenas de Pari-Cachoeira I e Assunção do Içana; de quatro Postos de saúde nas Colônias Indígenas de Pari-Cachoeira I, II e III e Taracúá; e de uma Escola Agrotécnica em São Gabriel da Cachoeira. Permitirá, ainda, o atendimento das populações ribeirinhas dos Rios Negro, Xié, Içana, Cubate, Uaupés, Tiquié e seus igarapés, através de quatro barcos guarnecidos por profissionais de

saúde que trabalham para o Programa de Apoio Social Integrado (PASEI). Este programa, decorrente de ensinamentos do Projeto-Piloto Tabatinga – modelo de ação social integrada, de governo, aproveitando a peculiaridade capilar das Forças Armadas para apoio a projetos em regiões distantes e carentes do território nacional –, é, em essência, um programa de oferta de recursos sociais básicos, por ação integrada de Ministérios Cíveis e Militares, em regiões longínquas e necessitadas. Como outros mais, o PASEI vem sendo um instrumento valioso na implementação dos *Projetos Especiais* do “Calha Norte”.

Ainda no aproveitamento dos planejamentos integrados do governo, na operacionalização dos *Projetos Especiais* do “Calha Norte”, destaque seja dado ao “Projeto-Piloto Tabatinga” que, além de ensejar modelo para implementação dos projetos de ação social integrada, do governo, já propiciou à região:

a) Em Tabatinga:

- a criação da respectiva Comarca;
- a instalação de Agências e Postos do Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS;
- a ampliação do Hospital local;
- a implantação do sistema de limpeza urbana;
- a ampliação dos serviços de segurança pública;
- cursos de atualização profissional; e
- melhoria e expansão do sistema público de abastecimento d’água.

Em andamento:

- a instalação do Entrepasto Pesqueiro de Tabatinga;
- a pavimentação da via pública, ligando Tabatinga à Letícia; e
- estudos para a dinamização do intercâmbio comercial bilateral Tabatinga – Letícia (Colômbia).

b) Em Ipiranga

- a instalação de uma serraria, de uma horta comunitária com estufa e a exploração de uma olaria;

- a instalação de um “Posto dos Correios e Telégrafos” e de um “Posto Telefônico da Teleamazon”; e
- a instalação de uma antena parabólica para recepção de sinais de TV, em cores, via satélite.

c) Em Vila Bittencourt

- a instalação de uma horta comunitária;
- a instalação de um “Posto dos Correios e Telégrafos” e de um “Posto Telefônico da Teleamazon”; e
- a instalação de uma antena parabólica para recepção de sinais de TV, em cores, via satélite.

#### 4. DAS AÇÕES SUBSEQUENTES

Os programas de desenvolvimento da Região ao norte das Calhas dos Rios Solimões e Amazonas (envolve uma área de cerca de 14% do Território Nacional e 24% da Amazônia Legal) deverão beneficiar os Territórios Federais do Amapá e Roraima e parte dos Estados do Pará e Amazonas, além de uma extensa linha de fronteira com cerca de 6.500 Km.

As ações de curto, médio e longo prazos, a serem detalhadas pelos programas, deverão considerar as diferenciações sub-regionais existentes, a exemplo da extensa *faixa de fronteira*, do *núcleo interiorano* de terras firmes e das *zonas ribeirinhas* existentes.

Tais sub-regiões ou zonas poderão se constituir em subprogramas específicos, dentro da ótica dos objetivos e diretrizes do "Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA)" e em consonância com as recomendações contidas no "I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República (I PND-NR)".

**Premissas** — O Planejamento das ações subsequentes de governo, para a região em causa, deverá, sempre:

— utilizar seus recursos naturais, obedecendo, simultaneamente, três requisitos essenciais: que seu uso seja *economicamente* viável, *socialmente* justo e *ecologicamente* correto;

— reconhecer e valorizar as características e peculiaridades da sociedade e cultura amazônica, como elementos decorrentes das condições ecológicas, antropológicas e históricas.

**Objetivos** — O Planejamento terá sempre em vista:

— elevar o nível e a qualidade de vida da população por intermédio da expansão do emprego produtivo, do acesso aos bens e serviços produtivos e das formas de participação social; e

— interiorizar e internalizar o desenvolvimento, de forma a reduzir as desigualdades funcionais, espaciais e setoriais.

**Diretrizes** — Os objetivos das ações de governo serão promovidos pelas seguintes diretrizes gerais:

— definir a política de ocupação da Amazônia e de uso dos seus recursos naturais, com disciplinamento das atividades econômicas e através do zoneamento territorial que compatibilize os objetivos sócio-econômicos com os aspectos ecológicos;

— intensificar a programação de ciência e tecnologia, reforçando-se a necessidade de que seja estabelecida ampla coordenação de todos os órgãos e segmentos de pesquisa em desenvolvimento na Amazônia, de forma a atrelar efetivamente a pesquisa à ação planejadora e à sustentação do processo de ocupação regional e garantir-se o atendimento à demanda de conhecimentos originados da região;

— promover a implantação de atividades econômicas voltadas para ampliação dos mercados interno e externo, através do racional aproveitamento dos recursos regionais, tais como os florestais, minerais, hídricos (uso múltiplo: navegação, potencial energético etc.), pesqueiros, várzeas etc.;

— promover a implantação de projetos que, pela sua significação econômica e social, venham a contribuir para a geração de maior valor agregado, na região;

— promover a implantação de projetos que considerem a importância dos rios e vales amazônicos, das populações ribeirinhas e daquelas isoladas nas áreas de fronteiras, no processo de desenvolvimento regional;

— valorizar a cultura das sociedades indígenas, com o propósito de integrá-las harmônico e progressivamente à comunhão nacional, estendendo-lhes a proteção das leis pátrias em igualdade de condições com todos os brasileiros, bem como assegurando-lhes os mecanismos de preservação, delimitação e demarcação de suas terras;

– estimular a definição de política de desenvolvimento urbano, que estabeleça hierarquia entre os diversos segmentos da programação, adotando-se destinação de recursos que implique em ruralização da infra-estrutura social e demais equipamentos urbanos, particularmente em pequenos núcleos populacionais, cujas carências são decorrentes de demandas geradas pela sustentação das atividades produtivas rurais.

**Prescrições** — No planejamento das ações subseqüentes de governo, deverá ser observado:

– integração das ações governamentais (federal, estadual e municipal) a fim de evitar superposições de atividades/projetos/programas, com vista a determinar melhor nível de complementaridade;

– na *faixa de fronteira*, além dos Projetos Especiais a serem desenvolvidos, os Programas deverão se apoiar no “Programa de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Situados nas Áreas de Fronteira”, previsto no I PND–NR;

– nas áreas dos *Territórios Federais do Amapá e Roraima*, tanto nas suas subáreas de faixa de fronteira, núcleo interiorano, como ribeirinhas, os Programas poderão ter complementaridade do POLAMAZÔNIA, PROVÁRZEAS, Programa de Apoio ao Desenvolvimento Urbano da Amazônia (proposto no I PND–NR), EINAM, Fiset — Turismo, além das ações integradas com os Ministérios da Marinha, Exército e Aeronáutica, principalmente no apoio e segurança do transporte aéreo e fluvial;

– nas áreas do *núcleo interiorano*, os Programas deverão integrar suas ações: às do grupo Executivo do Baixo Amazonas — GEBAM; ao POLAMAZÔNIA, nos polos Médio Amazonas e Trombetas; ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento Urbano da Amazônia (previsto no I PND–NR); aos incentivos fiscais do FINAM, apoiado na iniciativa privada, além do apoio do Ministério do Exército, relativo à consolidação do sistema viário de penetração, através dos Batalhões de Engenharia de Construção, bem como do Ministério da Aeronáutica, através do 1.º e 7.º COMAR, com relação ao apoio, segurança e integração aérea regional;

– nas *áreas ribeirinhas*, os Programas deverão objetivar o aproveitamento

das várzeas, principalmente, daquelas dos rios de água branca (barrenta), através do PROVÁRZEAS; o aproveitamento dos recursos pesqueiros, através da integração da infra-estrutura de recepção já existente e sua melhoria e ampliação, além de sua complementaridade através do PROPESCA, PESCART e do próprio Fiset – Pesca, administrado pela SUDEPE. Ainda, nas áreas ribeirinhas, os Programas deverão se associar às ações do Ministério da Marinha, especialmente quanto ao apoio, treinamento e segurança da navegação fluvial regional.

São essas as bases que deverão nortear a formulação e o ajustamento dos Programas relativos ao “Projeto Calha Norte” e ao “Plano de Desenvolvimento da Amazônia – PDA”.

# Í N D I C E

## PALAVRAS DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY

	Pág.
<b>1. INTRODUÇÃO</b>	
– As razões . . . . .	01
– A Região . . . . .	01
– A Decisão . . . . .	02
<b>2. PROJETO CALHA NORTE</b>	
– Conceito . . . . .	04
– Do Estudo . . . . .	04
– Do Grupo de Trabalho Interministerial . . . . .	07
– Concepção de Ação Governamental . . . . .	08
<b>3. OS PROJETOS ESPECIAIS</b>	
– Projetos Especiais para Incremento das Relações Bilaterais . . . . .	10
– Projetos Especiais para Aumento da Presença Militar na Área . . . . .	12
– Projeto Especial para Incremento das Ações da FUNAI na Faixa de Fronteira . . . . .	13
– Projeto Especial para Intensificação das Campanhas de Recuperação dos Marcos Limítrofes . . . . .	17
– Projeto Especial para Ampliação da Infra-estrutura Viária . . . . .	18
– Projetos Especiais para a Ampliação da Oferta de Recursos Sociais Básicos . . . . .	19
<b>4. DAS AÇÕES SUBSEQUENTES</b>	
– Premissas . . . . .	22
– Objetivos . . . . .	22
– Diretrizes . . . . .	23
– Prescrições . . . . .	24



